

Princípio educativo e contra-hegemonia no MST Sul Fluminense

Raul de Almeida Santos¹

Resumo: O trabalho que se apresenta pretende analisar o processo de organização do MST na região Sul Fluminense a partir de seu princípio educativo, entendendo que o próprio processo de mobilização e os símbolos trazidos pelo movimento configuram propostas contra-hegemônicas que interrogam a formação política e econômica da localidade, pensando na constante preocupação do Movimento em formar sua militância e da luta por um novo modelo de escola, construindo novas concepções de mundo a partir de sua forma organizativa. Outro exemplo desse aspecto de luta cultural está no nome dado aos assentamentos e acampamentos que tem por objetivo, na maioria das vezes, resgatar nomes de agentes políticos que lutaram pela liberdade das classes subalternas no Brasil, como é caso da ocupação Mariana Crioula em Vassouras.

Dessa forma o artigo se propõe a analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sul Fluminense e a forma de organização e atuação da militância enquanto articuladores de uma vontade coletiva, através de suas mobilizações e seu forte viés educacional, visando a formação de um pensamento crítico nos militantes e conseguindo, dessa forma, se estruturar como movimento de massa com forte adesão popular, além de, pedagogicamente, contestar a estrutura de uma região historicamente marcada pelo latifúndio e escravidão.

Ainda pensaremos nas ações e articulação do movimento partindo do Intelectual Coletivo em Gramsci, uma vez que o comunista sardo nos lembra que qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política.

Palavras-chave: MST – Intelectuais – Princípio educativo.

Educational principle and contra-hegemony in the MST South Fluminense

Abstract: The present work intends to analyze the process of organization of the MST in the South Fluminense region from its educational principle, understanding that the mobilization process itself and the symbols brought by the movement constitute counter-hegemonic proposals that question the political formation and Economic development of the locality, thinking about the constant concern of the Movement to form its militancy and the struggle for a new school model, building new conceptions of the world from its organizational form. Another example of this aspect of cultural struggle lies in the name given to settlements and encampments whose purpose is, in most cases, to rescue names of political agents who fought for the freedom of the subaltern classes in Brazil, as is the case of the Mariana Crioula occupation in Vassouras.

In this way the article proposes to analyze the Movement of Landless Rural Workers in the Fluminense South and the form of organization and action of the militancy as articulators of a collective will, through its mobilizations and its strong educational bias, aiming the formation of a thought Critical of the militants and thus succeeding in structuring itself as a mass movement with strong popular support, as well as pedagogically challenging the structure of a region historically marked by large property and slavery.

¹ Mestrando em História Social PPGH/UFF e professor da Prefeitura Municipal de Volta Redonda-RJ.

We will still think of the actions and articulation of the movement starting from the Collective Intellectual in Gramsci, since the Sardinian communist reminds us that any formation of a national-popular collective will is impossible if the great masses of the peasants cultivating do not simultaneously erupt in political life.

Keywords: MST - Intellectuals - Principle of education.

MST no Rio de Janeiro e Sul Fluminense

O processo de formação do MST no estado do Rio de Janeiro se deu de forma singular à sua construção no âmbito nacional. As particularidades presentes neste estado fizeram com que o processo de estruturação do Movimento se desse em dois distintos momentos, como afirma Fernandes:

No período de 1985 a 1987 aconteceu a primeira fase desse processo, quando o Movimento tentou, sem sucesso, se consolidar no Rio de Janeiro. No final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar e desde então começou a se territorializar por diversas regiões do estado. (FERNANDES, 2000:145)

Para o autor, o MST começou a ser gestado no Rio de Janeiro em 1985, quando algumas lideranças sem-terra do estado participaram do 1º Congresso Nacional como delegados. Porém, o MST/RJ não conseguiu superar esse período de gestação, o que levou a Direção nacional a decidir pela dissolução do Movimento no estado.

Mas quais foram os principais fatores que propiciaram uma postura diferente das lideranças do Movimento no Rio de Janeiro? O que levou a uma suposta estagnação do MST/RJ nesse primeiro momento, impedindo seu processo de territorialização no estado?

A retomada da luta pela terra no Rio de Janeiro após a Ditadura Civil-militar de 1964 teve início na baixada, região metropolitana do estado, contando em grande parte com trabalhadores urbanos. As primeiras lutas desses trabalhadores resultaram na ocupação da fazenda Campo Alegre, na baixada fluminense, e com isso o MST nacional se articulou para dar suporte a essas mobilizações, o que motivou outras ocupações de terra na região.

Dessa forma, o MST-RJ apoiou diversas outras lutas, entre elas: as ocupações que resultaram no Mutirão da Conquista no município de Valença, onde a partir de relatos da imprensa local “a invasão teria contado com o apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

de Valença, sendo citado nominalmente somente seu presidente, Sebastião Cezário.”(LINHARES, 2015:515), e na formação do mutirão da Paz, no município de Piraí, ambas na região Sul-Fluminense. Essas lutas contaram com o apoio dos trabalhadores do mutirão Campo Alegre, que por meio dessas ações procuravam construir o MST no estado. (FERNANDES, 2000:146)

A questão principal, como demonstra Fernandes, está justamente no fato do MST/RJ não ter conseguido se desenvolver politicamente. As atuações dos sem-terra nesse período ficaram restritas aos apoios a lutas isoladas, que não contribuíram para a formação do Movimento enquanto força política, ficando apenas no aspecto corporativo de luta pela terra. Outro fator destacado por Fernandes foi o aparelhamento do MST/RJ pelo Partido Democrático Trabalhista, na figura personalista do então governador Leonel Brizola, através de algumas lideranças.

Algumas lideranças importantes formadas no processo de construção do MST priorizaram a militância política no partido do governador Leonel Brizola (...). Essa condição criava uma relação de dependência com o governador, de modo a comprometer a autonomia e a organização do Movimento. As decisões a respeito da luta pela terra não eram tomadas de acordo com as prioridades dos sem-terra, mas a partir dos interesses do governo.(FERNANDES, 2000:147)

Diante desses entraves no processo de organização, o MST/RJ deixou de existir em 1987, mas a luta dos sem-terra continuou, principalmente através da Comissão dos Assentados, criada no mesmo ano. Porém, a luta dessas famílias tomou um aspecto meramente econômico-corporativo, perdendo a dimensão política e a perspectiva de expansão das ocupações de terra para outras áreas fluminenses. “Após 1987, ocorre uma desmobilização, perda da visibilidade dos movimentos de luta pela terra, tanto aqueles ligados ao MSTR quanto ao MST, pois não mais ocorreram ocupações de áreas rurais.” (MEDEIROS, s.d.:04)

Nesse período o MST continuou mantendo contato com os sem-terra do Rio de Janeiro, e desenvolvendo discussões a respeito da retomada do Movimento no estado até 1993 e nesse mesmo ano “(...) o movimento enviou uma liderança do Paraná, que juntamente com as lideranças cariocas reiniciaram os trabalhos de construção do Movimento no Rio de Janeiro. Começava, dessa forma, uma nova fase da formação do MST-RJ.”(FERNANDES, 2000:147)

A partir desse segundo momento de construção e territorialização do Movimento no Rio de Janeiro as ações do MST chegaram ao Sul Fluminense, como nos mostra Santos: “Nesse mesmo período o Movimento também se desloca para Sul Fluminense com a

ocupação das fazendas do Salto e Primavera² ambas no município de Barra Mansa, no entanto, só vai se territorializar nesta região a partir de 2000.” (SANTOS, 2008:23)

Com a estruturação do Movimento na região sul fluminense as ocupações de terras formaram novos espaços de relações sociais através dos assentamentos Terra da Paz e Roseli Nunes em Piraí, Vida Nova em Barra do Piraí, dentre outros. Os Sem Terra dessa região, enquanto sujeitos políticos e uma vez ligados ao MST, passaram a desenvolver ações coletivas na sociedade, ações que interrogam o senso comum e chamam a atenção da sociedade civil para a necessidade de uma nova ordem social. As ações dos Sem Terra se desenvolveram como momentos de indagação, reflexão e construção, propiciando a tomada de consciência por meio da militância através de suas ações.

A primeira ocupação de terra na região Sul Fluminense, após a reorganização e retomada da ocupação como instrumento prático de acesso a terra pós-64, ocorreu em 1986, em Valença. Como já foi dito, o MST não conseguiu se desenvolver no Rio de Janeiro no período de 1987 a 1993, por razões já discutidas acima, com isso a postura dos sem-terra dessa ocupação foi meramente corporativista, visando a terra como um fim e se preocupando somente com aspectos econômico-corporativos, não dando ênfase às questões políticas que o Movimento já discutia e implementava nos assentamentos nacionalmente, visando a construção de uma nova concepção do mundo.

Com a reorganização do MST no Rio de Janeiro a partir de 1993 as ações do Movimento chegaram novamente à região do Médio Paraíba com as ocupações da fazenda do Salto e Primavera em 1996, no município de Barra Mansa. Essas ocupações resultaram em ações de despejo, mas as famílias de sem-terra, permaneceram acampadas na beira da estrada durante um ano, onde se organizaram para a ocupação da fazenda da Ponte, localizada em Resende, que ocorreu em 1999. “A área foi indicada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barra Mansa por já ter sido alvo de denúncias de trabalho escravo, ser improdutivo e possuir dívidas com o governo federal.” (MERDEIROS; RÊGO) A fazenda foi ocupada pelo MST em dia 06 de Março de 1999, com cerca de 60 famílias e deu origem ao assentamento Terra Livre, que se consolidou em 2000, marcando o início da territorialização do MST na região do Médio Paraíba. A escolha do nome foi no sentido de contrapor a existência de trabalhadores

² Esse acampamento se deslocou para o município de Resende com a ocupação da Fazenda da Ponte em 1999. As famílias do Primavera ao se somarem com novas famílias que vieram para a ocupação, constituíram um novo acampamento por nome Terra Livre.

escravizados na área e firmar a proposta de resignificação do território a partir de ações contra- hegemônicas.

No que diz respeito ao Sul Fluminense, especificamente, tínhamos a seguinte realidade agrária durante a última década do século XX:

A estrutura fundiária fica mais bem caracterizada quando analisamos as informações de 1991 fornecidas pelo INCRA, quanto aos 2563 “imóveis rurais” da RMP: a) tamanho: minifúndios (40,81%), pequenos (33,00%), médios (21,76%) e grandes (4,43%) e b) grau de exploração: produtivos: (26,28%) e improdutivos: (32,91%).(CALAZANS; NOVICKI; VIEIRA, 1998:250)

O panorama traçado acima evidencia a disparidade da distribuição e do acesso a terra na região e a necessidade da compreensão do quadro que nos é colocado, além de proporcionar canais de análise para o entendimento da organização do MST no Rio de Janeiro e na Região, principalmente por falarmos de um estado que “[...] reproduziu de modo intenso e específico o processo de urbanização, verificado a nível nacional, a partir dos anos 40: 95,39% da população fluminense residia em áreas urbanas no ano de 1991.” (CALAZANS; NOVICKI; VIEIRA, 1998:259)

Portanto, percebemos que os anos 2000 se iniciaram como palco da expansão das ações do MST na região, aumentando o número de ocupações e se estabelecendo enquanto sujeito coletivo na luta pela terra. Dentre as ocupações realizadas pelo movimento algumas conquistaram a posse da terra, transformando-se em assentamentos de reforma agrária, como é o caso do Assentamento Terra Livre em Resende, Irmã Dorothy em Quatis, e o Vida Nova em Barra do Piraí e o Roseli Nunes e Terra da Paz, ambos em Piraí.

Em contrapartida, apesar de parecer favorável à desapropriação das áreas, alguns acampados permaneceram aguardando decisão do judiciário local e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para passarem de acampados a assentados, enfim com a posse da terra, primeiro passo na luta. É esse o caso do Acampamento Mariana Crioula em Valença.

O Acampamento Mariana Crioula surgiu através da ocupação da Fazenda São Paulo, situada no município de Valença, propriedade já declarada improdutiva pelo INCRA desde 2003, resultando de um processo que se iniciou em agosto de 2007 e se estendeu até 2012. O território de Valença possui algumas particularidades deveras interessantes

para se pensar a questão agrária, de acordo com o censo agropecuário de 1995-1996 o município possui uma área total de 90642 ha, onde 5973 ha são utilizados em lavouras temporárias ou permanentes, 12980 ha são matas naturais ou plantadas e mais da metade da área municipal, 63594 ha, são pastagens naturais ou artificiais (IBGE, 1995). A fazenda em questão, com uma área de 1500 hectares, uma das 72 propriedades entre 500 e menos de 2000 ha registradas no município (IBGE, 1995), foi considerada improdutiva por meio de um parecer do INCRA, onde o órgão indicou a propriedade como área passível de reforma agrária. Nesse contexto o MST organizou a militância para ocupar a fazenda como forma de denúncia e pressão para agilizar o processo de desapropriação, criando a partir de então a ocupação Mariana Crioula. Apesar do parecer do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o grupo M. M. N. Rio Administração e Participações S/C Ltda, proprietário da fazenda, conseguiu a reintegração de posse e os acampados se deslocaram para um acampamento provisório nas margens da BR-393, na altura do distrito de Dorândia, pertencente a Barra do Piraí, como forma de chamar atenção para a questão agrária e o conflito que estava colocado a partir de então. Cabe notar que desde essa ocupação os posicionamentos de superintendentes do INCRA eram totalmente favoráveis à desapropriação da área e imediato assentamento das famílias acampadas.

Ainda em 2007 o movimento decidiu, com cerca de 100 famílias, ocupar novamente a área para pressionar a desapropriação da fazenda que já estava em estado avançado, faltando somente o Judiciário realizar a imissão de posse da área para o INCRA (MST, 2007). De acordo com a dirigente do MST na região, Luciana Miranda, a retomada da ocupação da fazenda São Paulo ocorreu “no sentido de agilizar esse processo, para assentar essas famílias, que estão desde 2005 na beira da estrada.” (AGÊNCIA, s.d.).

Não obstante aos fatos expostos, até 2012 os acampados aguardavam a desapropriação da área, mesmo após o proprietário ter acordado em 2009 uma desapropriação parcial do imóvel, e ainda com a Justiça Federal em Barra do Piraí e o Ministério Público Federal terem se posicionado favoráveis à desapropriação, o INCRA não se mostrava capaz de apresentá-la, evidenciando que não era apenas o Poder Judiciário que vinha dificultando o assentamento das famílias (ANTUNES, s.d.).

MST, princípio educativo e contra-hegemonia no Sul Fluminense

O tema da educação é central nas elaborações gramscianas, mas o autor dos Cadernos nos chama a atenção para um *princípio educativo* que ultrapassa os muros da escola e só faz sentido se atrelada à vida social do educando. Suas críticas ao modelo escolar tradicional afirmavam que a participação ativa do aluno na escola só pode existir se essa for ligada à vida, se o aluno for um cérebro ativo organizará por sua conta o conhecimento através de seu ambiente social.(GRAMSCI, 2010:45) Nesse sentido o “*Caderno 12: Intelectuais. O princípio educativo*” tem logo em seu início a afirmação de que

Todo grupo social, [...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].(GRAMSCI, 2010:15)

e, tendo em vista sua concepção *ampliada* tanto de educação quanto de intelectuais, Gramsci finaliza o mesmo caderno distinguindo intelectuais de não-intelectuais, afirmando que todo homem, portando uma visão de mundo e divulgando-a no sentido de fazer o convencimento é um filósofo, dessa forma não existe o não-intelectual. Em suas palavras:

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2010:53)

Já ao discutir a análise das relações de força, o comunista sardo diz ser importante distinguir diversos graus, que no essencial são três: relação de forças sociais; relação de forças políticas; relação das forças militares. No que diz respeito à relação de forças políticas, ele expõe o processo de autoconsciência e organização alcançado pelos grupos sociais, dividindo-o também em três momentos até a construção da homogeneidade do grupo, da consciência política coletiva, ou, usando seu próprio termo, quando as ideologias do grupo tornam-se “partido”.(GRAMSCI, 2007)

Ao analisarmos o processo de formação do MST no Rio de Janeiro percebemos uma clara aproximação dos três momentos definidos por Gramsci ao discorrer sobre a relação de forças políticas. No primeiro momento de formação, entre 1985 e 1987, ao optarem por uma militância limitada ao acesso a terra como um fim em si, os sujeitos que organizavam o movimento no estado fluminense, bem como a militância, permaneceu no aspecto econômico-corporativo, não dando conta de ampliar a atuação e

territorializar o MST seguindo as linhas políticas já desenvolvidas no âmbito nacional, como a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados e a propagação de valores socialistas. (MST, s.d.) Esse seria o primeiro momento na relação de força política, o mais elementar, onde a solidariedade não ultrapassa os pares do grupo social específico, o que impediu uma homogeneidade e a formação política mais ampla do Movimento no Rio de Janeiro durante esses quatro anos. Ao optarem por uma militância direcionada ao aspecto econômico do acesso a terra, a construção de um movimento político com bandeiras de transformação social acabou por se tornar inviável.

Nesse primeiro momentos um dos desafios era justamente romper com os valores capitalistas que acabavam por atomizar os sujeitos inseridos na luta pela terra e o individualismo, muito forte na vida cotidiana, sobretudo daqueles oriundos de grandes centros urbanos, bem como colocar a pauta política de transformação social junto à luta pela Reforma Agrária.

O *interstício* ocorrido entre 1987 e 1993 não significou o fim da luta pela terra no estado, mas sem a perspectiva política não houve a possibilidade, inclusive, de expansão para outras regiões. Com o envio de dirigentes³ do sul para retomar a organização do MST no Rio de Janeiro percebemos um esforço no sentido de organizar a militância para além do acesso à terra, entendendo que o objetivo do Movimento era também solucionar a Questão Agrária, e para tal intuito a dimensão política e articulação com outros setores era fundamental. Percebemos aqui o que Gramsci aponta como o segundo momento da relação de força política:

[...] aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe nesse momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. (GRAMSCI, 2007:41)

A partir de 1993, e, tratando-se do Sul Fluminense, de 1999, os sujeitos organizados no MST passaram a agir de forma mais ampla, entendendo que o acesso à terra é uma luta

³ Não afirmamos aqui que graças a fatores externos, de iluminados, os militantes do MST no estado atingiram um patamar de consciência política. Partimos também da afirmação de Gramsci sobre os núcleos de *bom senso* existentes no *senso comum* e que todos são *intelectuais* capazes de formular e difundir uma visão de mundo. Pela extensão do debate não daríamos conta de aprofundá-lo nessas páginas.

política. Para tanto, passaram a fazer o debate de formação e a construção de contra-hegemonias nos territórios ocupados e articulando-se com outros movimentos organizados pelas classes subalternas na região, fase essa que possibilitou a tomada de consciência e homogeneidade do Movimento do estado, superando o círculo estritamente econômico, assinalando

[...] a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.(GRAMSCI, 2007:41)

É justamente no terceiro momento, quando o grupo se torna partido, que os componentes, gerados no terreno econômico, criam seus intelectuais políticos qualificados, os organizadores e dirigentes de determinado projeto.(GRAMSCI, 2010:30) É aqui onde percebemos a atuação do grupo como educador na disputa contra-hegemônica.

Desde o primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, em 1984, já podíamos observar uma preocupação de transformação social no Movimento que acabava de nascer, o que se evidencia nos segundo e sexto objetivos definidos pelos trabalhadores/as desse encontro, que são respectivamente: Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados e Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores. Esse caráter transformador seguiu com o processo de maturação do MST e se concretizou também no Médio Paraíba. A partir do aprendizado histórico dos demais movimentos e organizações de trabalhadores os Sem Terra do MST perceberam a necessidade de estudar a realidade social para então compreendê-la e buscar meios para sua transformação, ou seja, fazer a crítica no sentido marxiano, construindo assim, através da prática, novas relações sociais com a conquista de territórios políticos (acampamentos/assentamentos), contribuindo para a formação de uma *vontade coletiva*.

Para Coutinho a consolidação da *vontade coletiva* não acontece somente por meio da luta política e econômica:

A formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama, repetidas vezes, de “reforma intelectual e moral”. O partido não luta apenas por uma renovação política, econômica e social, mas também por uma

revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma nova cultura.
(COUTINHO, 2007:172)

Por isso a constante preocupação do Movimento na formação de sua militância e na luta por um novo modelo de escola, construindo novas concepções e culturas a partir de sua forma de organização. Essa preocupação pode ser representada em um dos objetivos traçados no primeiro Congresso Nacional que diz respeito à difusão de valores humanistas e socialistas nas relações sociais. Outro exemplo desse aspecto de luta cultural está no nome dado aos assentamentos e acampamentos, que visam, na maioria das vezes, resgatar nomes de agentes políticos que lutaram pela liberdade das classes subalternas no Brasil, como é caso das ocupações *Manoel Congo* em Vassouras e *Mariana Crioula* em Valença. As ações do MST no Médio Paraíba têm chamado a atenção da sociedade, como o apoio do Movimento em 2004, na celebração do assassinato dos três operários pelo exército na greve de 1988 da CSN, em Volta Redonda, com posterior passeata pela cidade e as manifestações em frente ao INSS de Valença no mesmo ano.

Nos *Princípios da educação no MST*, a ênfase recai sobre a “educação para a transformação social”, isto é, “a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática, e *os valores humanistas e socialistas*”. (COLETTI, 2005:267/8, apud, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da educação no MST. *Cadernos de Educação*, n. 8, jan. 1999. Grifos do autor.)

Sobre este aspecto Roseli Salete é direta:

Nesta direção, o MST é considerado educador enquanto movimento social e cultural. Sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, suas linguagens e imagens são educativas, nos interrogam, chocam e sacodem valores, concepções imaginários, culturas e estruturas. Constroem novos valores e conhecimentos, nova cultura política. Formam novos sujeitos coletivos. (CALDART, 2007:11)

Ainda nesse sentido a autora reflete a direção que as ações do MST têm na sociedade quanto ao processo de transformação social, pois “quando a resistência é práxis coletiva e se enraíza nas questões perenes da humanidade, projeta futuro, cultiva utopia, educa o povo... Pode virar revolução...” (GONZAGA, 2006:114, apud, CALDART, exposição Oral no Fórum Mundial da Educação 2001).

As ações do MST se projetam na sociedade como formas de indagação, reflexão e construção, esse é o processo que propicia a formulação de uma nova concepção de mundo feita através da prática dos subalternos.

Breves considerações

Dessa forma, em uma perspectiva gramsciana, “Todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais”, (...) pela *função* que exercem por meio do partido, função “que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual” (COUTINHO, 2007:174). Assim o MST cria seus intelectuais orgânicos, diretamente ligados e inseridos na luta pela transformação social.

Os princípios organizativos do MST são uma das causas que levam à estruturação de um discurso contra-hegemônico no Médio Paraíba por meio de seus acampamentos que resgatam a história de luta da classe subalterna, de sua nova proposta de escola que se apresenta com uma educação para a transformação e suas mobilizações que levam para toda a sociedade momentos de reflexão e construção. Os documentos e as práticas do MST têm nos mostrado que é nas ações coletivas contra-hegemônicas (...), transformadas em *espaçostempos* de aprendizagem de *fazereseaprenderes*, que neste movimento do Movimento, vão se tornando “inéditos viáveis”, sementes que portam o novo, outras possibilidades, podendo germinar novas formas de sociabilidade. (GONZAGA, 2006:113/4)

A partir dessa práxis construtiva “(...) o “moderno Príncipe” estará criando as condições para a hegemonia das classes subalternas, para sua vitória na “guerra de posições” pelo socialismo.” (COUTINHO, 2007:173).

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro*. Revista Fluminense de Geografia, Niterói-RJ, v. 1, n. 1, 109 – 124, 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa ; NOVICKI, Victor ; VIEIRA DE CASTRO, E. M. N. . *Agricultura familiar na região do Médio Paraíba do Sul*. In: Carneiro, Maria J. L. et al.. (Org.). *Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1, p. 247-260.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas (SP), 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 1*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: volume 2*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cadernos do Cárcere: volume 3*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do Cárcere: volume 5*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONZAGA, José Guilherme Franco. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST*. Reflexões Teóricas e Epistemológicas. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2006.

LINHARES, Elizabeth. *Antiga região do café no Rio de Janeiro: conflitos registrados em Valença e Trajano de Moraes*. In: Conflitos rurais e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1964-1988). Relatório final. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Luta pela terra no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s. ed., s. d.

SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. João Pessoa, 2008. (mono)

Sites eletrônicos:

Agência Brasil. *MST ocupa fazenda no sul do estado do Rio*. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-08/mst-ocupa-fazenda-no-sul-do-estado-do-rio>>. Acesso em: 24 de março de 2015. 17

ANTUNES, Celso. *Incra não consegue desapropriar área improdutivo no RJ*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11775>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

IBGE. *Censo agropecuário 1995-1996, Tabela 4: Estabelecimentos por grupo de área total, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - Rio de Janeiro*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/33/d33_t04.shtm. Acesso em: 07 de agost. de 2016.

MST. *1º congresso nacional*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso em: 07 de agost. de 2016.

_____. *MST ocupa fazenda improdutivo em Valença, no Rio de Janeiro*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5093>>. Acesso em: 09 de nov. de 2014.

MEDEIROS, Marcelo; RÊGO, Fausto. *Vinte anos em Movimento*. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/1352>. Acesso em 30 de out. de 2014.